

20 ANOS DO PLANO REAL

Marcelo Gavioli da Costa

RESUMO

O presente trabalho traz um relato de como o Plano Real, atingiu seu principal objetivo: como acabar com a hiperinflação, e de como esta estabilização foi alcançada, bem como, o que mudou no País no período de 1994 – 2014, graças à estabilização inflacionária. O principal objetivo deste artigo é a de analisar de forma crítica o Plano Real, citando as suas principais medidas (quando da sua implantação em 1994), seus principais resultados conquistados ao longo de vinte anos. Outro objetivo proposto por este artigo: comparar o referido plano com planos econômicos anteriores a partir do ano de 1986 (plano cruzado). A metodologia foi de cunho bibliográfico e com abordagem qualitativa. Como considerações finais é possível citar, que o objetivo proposto pelo Plano Real de neutralizar as causas da inflação brasileira na primeira etapa para depois buscar a estabilidade dos preços foi alcançada.

Palavras-chave: Plano Real. Plano Real + Resultados. Plano Real + moeda brasileira.

Abstract:

The present work brings an account of how the Real Plan reached its main objective: how to end hyperinflation, and how this stabilization has been achieved, as well as, what has changed in the country in the period of 1994 – 2014, thanks to the inflation stabilization. The main objective of this article is to analyze critically the Real Plan, mentioning its main measures (when their deployment in 1994), its main results achieved over the course of twenty years. Another objective proposed by this article: compare this plan with previous economic plans from the year 1986 (Cruzado Plan). The methodology was of bibliographic and with a qualitative approach. As final considerations it is possible to quote, that the objective proposed by the Real plan to neutralize the causes of Brazilian inflation in the first step to then seek price stability has been reached.

Keywords: Real plan. Results. Brazilian Currency.

1 INTRODUÇÃO

Ao completar seus 20 anos, o Plano Real, conseguiu vencer o seu principal objetivo: acabar com a hiperinflação. Antes de a nova moeda entrar em circulação, em junho de 1994, o Índice Nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) estava em 47,43% ao mês. Em julho daquele ano mesmo ano, a inflação caiu para 6,84%.

A estabilização permitiu avanços: o mercado de trabalho se formalizou, a desigualdade social diminuiu, o Brasil passou de devedor a credor do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a economia brasileira foi elevada a grau de investimentos pelas principais agências internacionais de classificação de risco.

Apesar da estabilidade, que colocou o País num novo patamar de desenvolvimento, a economia brasileira ainda tem diversos desafios, como a própria manutenção dos índices de inflação e até a diminuição dos mesmos (para patamares aos dos países desenvolvidos) e outro que eu considero fundamental, compatibilizar alto crescimento com inflação baixa.

Hoje, é consenso que o Brasil necessita de reformas estruturais, como trabalhista, fiscal, para ter um novo impulso econômico. O Brasil se tornou pouco produtivo e acumula baixo crescimento.

Este trabalho teve o seguinte problema de pesquisa: O Plano Real realmente eliminou a hiperinflação e estabilizou a Economia Brasileira?

Os objetivos deste trabalho foram:

- ✓ Analisar de forma crítica o Plano Real, avaliando seus reflexos na economia brasileira no período de 1994 – 2014;
- ✓ Apresentar índices econômicos pré e pós início do Plano Real;
- ✓ Analisar áreas econômicas / sociais do Brasil que tiveram reflexos significativos após a implantação do plano;
- ✓ Comparar o plano Real (de forma bastante sucinta) com planos econômicos anteriores principalmente a partir do ano de 1986 (plano cruzado).

Os resultados do trabalho confirmam que o objetivo proposto pelo Plano Real de neutralizar as causas da inflação brasileira na primeira etapa para depois buscar a estabilidade dos preços foi atendido (conforme comprovação através de cruzamentos textuais e indicadores econômicos).

1.1 JUSTIFICATIVA

O Objetivo do presente artigo (20 anos do Plano Real) é o de proceder a uma análise do plano Real adotado no Brasil a partir do ano de 1994, destacando suas principais medidas, pressupostos teóricos e resultados. Objetiva também, oferecer elementos para uma reflexão sobre os componentes teóricos que estiveram presentes na concepção e implementação desse plano, além de citar os seus resultados.

Procurarei mostrar através de análises aproveitando a minha formação acadêmica e experiência profissional na área econômica, a importância deste plano na economia brasileira.

O artigo tem como premissa fazer um análise crítica dos 20 anos do Plano Real (1994 – 2014), o plano que “matou” a hiperinflação e estabilizou a economia e fez do Brasil um novo País após inúmeras tentativas, experiências de planos de estabilização, principalmente a partir do ano de 1986, sem alcançar os resultados esperados.

Como citou Simone Goldeberg em matéria publicada para a revista Conjuntura Econômica em março de 2004 – “Se o Brasil entrasse numa máquina do tempo e voltasse dez anos na história, veria um quadro estranho aos dias de hoje (entenda-se março de 2004): no fim de 1993, a inflação registrava incríveis 2.477% em doze meses, medida pelo IPCA”. O que se pode registrar logo após um ano de implantação do plano (julho de 1995), a inflação já havia caído para 27,45% em doze meses.

O que posso adiantar através de uma análise inicial que para muitos o plano Real com as suas reformas constitucionais foi importante para promover alguns

ajustes importantes para o desenvolvimento do País, e para outros este mesmo plano aprofundou problemas econômicos, como crescimentos insignificantes na economia brasileira bem como um aumento na dívida pública.

Em uma análise preliminar é possível observar que o plano foi extremamente importante para a estabilidade e credibilidade internacional do Brasil, o que observo que agora após esta estabilidade o desafio do próximo governo é combina-la com um crescimento sustentável. Entendo como fundamental para isto uma reforma fiscal, incentivo a educação, crescimento sustentável, e baixa taxa de desemprego. É o desafio deste nosso País, com a participação de toda a sociedade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PLANO REAL

2.1.1 Principais Medidas

O Plano Real foi estruturado baseado em três fases distintas.

1º Fase: (ortodoxa) - ajuste fiscal provisório, baseado em gastos públicos e aumento de impostos, através da criação do IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira) e do FSE (Fundo Social de Emergência) deveriam ser suficientes para equilibrar o orçamento público em 1994 e 1995. O primeiro é um novo imposto, de caráter temporário, sobre movimentações financeiras (conhecido por alguns como o “imposto do cheque”) com uma alíquota de 0,25% sobre o valor de toda operação. Já o FSE corresponde a uma diminuição nas transferências da União, liberando parcela das receitas que eram legalmente vinculadas a determinados fins, possibilitando assim aumento dos recursos livres de que dispõe o governo federal.

O aprofundamento do ajuste fiscal foi viabilizado a partir da aprovação, pelo Congresso Nacional, da proposta de Emenda Constitucional, criando o Fundo Social de Emergência. A vigência do Fundo, que consistiu essencialmente num mecanismo

transitório de desvinculação de receitas, atenua a excessiva rigidez dos gastos da União ditada pela Constituição de 1988 e, assim, possibilita o equilíbrio orçamentário dentro de limites estreitos, mas exequíveis.

2º Fase: (heterodoxa) – introdução de uma nova unidade de conta, a URV (Unidade Real de Valor), foi uma tentativa de eliminar a inércia inflacionária. O objetivo desta fase de indexação completa da economia era o de promover todos os ajustes de preços relativos com base nesta moeda indexada e acomodar a participação dos diversos agentes na renda, eliminando o conflito distributivo. Todos os preços passaram a ser cotados em outro referencial (a URV) que exerceu a função de unidade de conta, mas não de meio de troca, que continuou ainda por algum tempo sendo exercida pelo cruzeiro real.

Neutralizada a principal causa da inflação, que era a desordem das contas públicas, a criação da URV proporcionou aos agentes econômicos uma fase de transição para a estabilidade de preços. Padrão de valor que se integrou ao Sistema Monetário Nacional, com sua cotação fixada diariamente pelo Banco Central do Brasil com base na perda do poder aquisitivo do Cruzeiro Real, a URV veio restaurar uma das funções básicas da moeda destruídas pela inflação: a função de unidade de conta estável para denominar contratos e demais obrigações, bem como para referenciar preços e salários.

Esta medida deu início pela conversão dos salários e benefícios previdenciários, que buscou atender às exigências judiciais, mas, preocupou-se, principalmente, com o equilíbrio das classes sociais.

Este Plano tinha como princípio básico, na fase da URV, a busca pela neutralidade distributiva, com o intuito de evitar as distorções que comprometessem o sucesso de outras políticas anti-inflacionárias. No caso dos salários e benefícios, a aplicação deste critério excluía tanto a conversão por índices mais elevados, que traria de volta a espiral inflacionária depois de uma corrida incessante ao consumo, como a conversão “por níveis mais baixos, que traria prejuízos aos trabalhadores e um conseqüente impacto de caráter recessivo à economia”. A alternativa foi à conversão pela média de quatro meses, levando em conta a periodicidade da atualização monetária dos salários conforme a política vigente quando da introdução da URV.

Esta fase, conforme Moreira (1994) compreendeu à tomada de medidas para reduzir a influência da inflação passada sobre a inflação corrente (teoria inercial). A idéia central era a redução da inflação, com a utilização da URV baseada na inflação corrente, que estava subordinada à ideia de que o processo de reorganização fiscal está suficientemente avançado para ser percebido como irreversível, tendo pretendido o Governo adequar os preços da economia a um único indexador, promovendo a sincronização de todos os reajustes de preços e rendimentos. Nessa fase de implantação da URV como indexador, a preocupação do Governo foi a de interferir o mínimo possível nos contratos, abrir espaço para a repactuação de contratos privados e evitar que, na conversão para o Real ocorressem ganhos reais que acabassem pressionando a demanda e, conseqüentemente, a inflação. Nesse período de transição para o novo padrão monetário, a economia passou a conviver com três moedas: o cruzeiro real, que teve a função de meio de troca, pois tem curto legal; a moeda indexada, ou seja, os ativos financeiros indexados que serviram como reserva de valor e a URV, que, por força de medida provisória, tinha a função de unidade de conta.

3ª Fase: (ortodoxa) – reforma monetária acompanhada de uma âncora cambial, isto é, a transformação da URV em Real, fundindo-se neste (no Real) as três funções básicas da moeda: meio de troca, unidade de conta e reserva de valor. A expectativa era de que nesse momento se romperia a indexação e, portanto, a inflação inercial.

Fixou-se uma minibanda cambial, periodicamente corrigida pelo Banco Central, que acabou por permitir inicialmente uma pequena desvalorização do Real, e, em seguida, o desligamento da taxa do câmbio nominal para manter a taxa de câmbio real constante. Restringiu-se, também, a importação de alguns produtos, principalmente, automóveis.

Mantiveram-se as taxas de juros reais em níveis elevados, por meio de uma rígida política monetária, que acabou atraindo capitais externos e, por outro lado, provocou um forte desaquecimento da economia, reduzindo as importações, caracterizando o segundo semestre de 1995 como um semestre recessivo, contudo, a balança comercial encontrava-se equilibrada, e isto aliado à retomada dos fluxos financeiros de curto prazo para o país, permitiram que as reservas cambiais

brasileiras voltassem a aumentar e atingissem, no final de 1995, o montante recorde de quase 50 bilhões de dólares.

2.1.2 Principais Resultados (Primeiros cinco anos)

Como principais resultados do Plano Real, pode-se relacionar a quebra da inércia e o ajuste fiscal. A quebra da inércia foi conseguida com a introdução da URV seguida da reforma monetária e da estabilidade cambial.

Com o lançamento do Real, aconteceu o que os economistas chamam de remonetização.

Trata-se de um fenômeno que aparece toda vez que ocorre uma queda drástica da inflação. A demanda por moeda, entendida como o dinheiro que as pessoas carregam nos bolsos mais o que está depositado em conta corrente nos bancos, é elevada. Isso porque a inflação corrói o poder de compra da moeda, funcionando como um tributo, e mesmo os espíritos mais simples sabem que não podem reter dinheiro vivo consigo – ele evapora, simplesmente. É o chamado imposto inflacionário. (CAMARGO, 1994, p. 20).

No primeiro ano do Real o patamar da inflação era inferior a 36%, se medida pelo INPC, ou próxima dos 30% quando usado outros índices. Em junho, a inflação anualizada batia em 13.674,88%. Doze meses depois, em maio, estava em 26,38%. Nos anos seguintes, a taxa anual de inflação iria cair sucessivamente para 15% em 1995, 9% em 1996, 7,5% em 1997 e cerca de 20% em 1998. Em 1999, a taxa anual da inflação ficou em torno de 8,43%, o menor índice do pós-guerra. (IBGE).

Em maio de 1999, a inflação ficou entre -0,34% e 0,05%¹. A persistente queda da inflação nos últimos seis anos sofreu breve interrupção apenas no primeiro trimestre de 1999, provocada pela mudança da política cambial. Mas a liberação do câmbio não resultou em aumento contínuo e generalizado de preços, em função do realinhamento dos preços relativos. Esse resultado foi alcançado em função da política monetária adotada e aos efeitos da abertura da economia, criando um novo padrão de concorrência no mercado interno. Esta mudança além de ter gerado uma

¹ Ver Tabelas 1, 2 e 3, p.13 e 14 deste artigo.

melhoria na qualidade e variedade dos produtos e serviços disponíveis ao consumidor, praticamente eliminou o repasse de pressões de custos aos preços.

O Produto Interno Bruto, segundo o IBGE, cresceu 17% em termos reais entre 1994 e 1998, o que equivale a uma taxa de crescimento médio anual de 3,3%. Em contraste, o crescimento médio do PIB foi de apenas 0,3% nos quatro anos que antecederam o Real.

Mais de dez milhões de brasileiros foram incorporados ao mercado de consumo em consequência do processo de estabilização dos preços, com a inserção das classes sociais C e D, no mercado consumidor. Uma forte razão para o crescimento econômico foi o aumento do rendimento médio real dos trabalhadores. Esse rendimento cresceu 26% com a implantação do Plano Real, considerando-se a média dos períodos pré e pós-Plano.

Além disso, houve aumento do poder de compra do salário mínimo. Em 1994, 1 salário mínimo comprava pouco mais de metade da cesta básica, e em maio de 1999 adquiria pouco mais de uma cesta básica. Desde o início do Real o salário mínimo aumentou aproximadamente 110%, enquanto que a cesta básica teve aumento de apenas 14%. Isso se refletiu em maiores ganhos de bem estar para os assalariados.

Em relação à manutenção das taxas de juros em patamares elevados, essa medida trouxe como resultado um aumento do nível de inadimplência de pessoas e de empresas e colocou o país em situação de recessão, houve elevação dos gastos públicos com pagamento de juros que acabou por elevar o déficit público em 1995, que após ter sido quase zerado entre 1990 e 1994, voltou ao número de 4% do PIB. Outro fator que contribuiu para o aumento do déficit público foi o desequilíbrio financeiro dos estados e municípios, que não souberam administrar com equilíbrio o aumento de receita que obtiveram após a Constituição de 1988.

A política fiscal, nos primeiros anos do Real foi marcada pelo gradualismo. Esta opção foi inviabilizada em função das crises internacionais de 1997 e 1998. Assim, foram adotadas medidas de forte impacto sobre a evolução das contas públicas. As principais medidas de contenção dos gastos públicos foram o estabelecimento de metas mínimas de superávit primário para o setor público; a aceleração das reformas previdenciária e administrativa; criação de novos

instrumentos legais capazes de promover a austeridade fiscal; continuidade das privatizações e concessão de serviços à iniciativa privada, com a indução à adesão dos estados e municípios. A política fiscal passou a basear-se no compromisso com metas mínimas de superávit primário, na ordem de 3% do PIB, com o objetivo de estabilizar a relação entre a dívida pública e o PIB.

A balança comercial brasileira, medida em termos anuais, segundo o Ministério da Fazenda, tem sido deficitária desde meados de 1995. Isso reflete, principalmente, o aumento das importações promovido pela abertura comercial, pela sobrevalorização cambial e pela reestruturação do setor produtivo. A sobrevalorização do Real também agravou o déficit na balança de serviços, ao estimular as viagens internacionais e a reserva de lucros para o exterior. O déficit nas transações correntes do País com o resto do mundo seria a principal deficiência do Plano Real. Conseguiu estabilizar os preços internos, sem, contudo, equacionar os desequilíbrios nas contas externas. Mais grave ainda era a tendência crescente desses desequilíbrios. Para coibir os déficits em transações correntes, era necessário um aporte maior de recursos externos na forma de investimentos e empréstimos.

Quanto mais o País beneficiou-se desses fluxos, maiores ficaram os compromissos futuros relacionados à reserva de lucros e ao pagamento de juros, onerando ainda mais os desequilíbrios em transações correntes. A partir do segundo semestre de 1998, o desempenho das exportações totais e de manufaturados passou a refletir a queda nos preços das *commodities* internacionais e a desaceleração do comércio mundial, por conta da propagação da crise internacional.

Nos primeiros cinco anos enfrentou-se um quadro internacional adverso, com o surgimento de três crises econômicas externas de graves proporções (a mexicana, a asiática e a russa). Essas crises tiveram como sequelas mais visíveis o aumento das taxas de desemprego e a elevação do déficit fiscal. Em janeiro de 1999 o Brasil viveu um período de sérias dificuldades econômicas, com expressiva saída de divisas, elevação súbita e acentuada das cotações do dólar e fortes aumentos de preços no atacado. Este contexto de adversidades foi superado de forma rápida e sólida, retomou-se a confiança e o crédito dos principais parceiros econômicos. No segundo semestre de 1999, a economia demonstrou capacidade de recuperação

diante de choques externos, isso se deu em virtude de um conjunto de fatores. O sistema financeiro passou por um programa de reestruturação, a área fiscal teve um bom desempenho, com expressivos superávits primários. A inflação manteve-se baixa, vencida a fase de excessiva desvalorização ocorrida durante a mudança na política cambial, que passou a adotar o câmbio livre, minimizando o risco de especulação contra a moeda brasileira, podendo-se, então, promover uma queda gradual e consistente nas taxas de juros. A seguir, são apresentados os índices de inflação, medidos pelo IGP-DI, INPC e IPCA, respectivamente, no período de jan.95 a dez.99.

TABELA 1 - inflação jan/95 a dez/99 – igp-di * (taxa mensal - %)

MESES	1995	1996	1997	1998	1999
JANEIRO	1,36	1,79	1,58	0,88	1,15
FEVEREIRO	1,15	0,76	0,42	0,02	4,44
MARÇO	1,81	0,22	1,16	0,23	1,98
ABRIL	2,30	0,70	0,59	0,13	0,03
MAIO	0,40	1,68	0,30	0,23	-0,34
JUNHO	2,62	1,22	0,70	0,28	1,02
JULHO	2,24	1,09	0,09	0,38	1,59
AGOSTO	1,29	0,00	0,04	0,17	1,45
SETEMBRO	1,08	0,13	0,59	0,02	1,47
OUTUBRO	0,23	0,22	0,34	0,03	1,89
NOVEMBRO	1,33	0,28	0,83	0,18	2,53
DEZEMBRO	0,27	0,88	0,69	0,98	1,23
Somatório	14,77	9,33	7,48	1,71	19,99

Fonte: FGV.

* Inflação de janeiro de 1995 a dezembro de 1999: medida pelo IGP-DI.

TABELA 2 – INFLAÇÃO JAN/95 A DEZ/99 – INPC * (TAXA MENSAL - %)

MESES	1995	1996	1997	1998	1999
JANEIRO	1,44	1,46	0,81	0,85	0,65
FEVEREIRO	1,01	0,71	0,45	0,54	1,29
MARÇO	1,62	0,29	0,68	0,49	1,28
ABRIL	2,49	0,93	0,60	0,45	0,47
MAIO	2,10	1,18	0,11	0,72	0,05
JUNHO	2,18	1,33	0,35	0,15	0,07
JULHO	2,46	1,20	0,18	-0,28	0,74
AGOSTO	1,02	0,50	-0,03	-0,49	0,55
SETEMBRO	1,17	0,02	0,10	-0,31	0,39
OUTUBRO	1,40	0,38	0,29	0,11	0,96
NOVEMBRO	1,51	0,34	0,15	-0,18	0,94
DEZEMBRO	1,65	0,33	0,57	0,42	0,74
Somatório	21,98	9,12	4,34	2,49	8,43

Fonte: IBGE.

* Inflação de janeiro de 1995 a dezembro de 1999: medida pelo INPC.

TABELA 3 – INFLAÇÃO JAN/95 A DEZ/99 - IPCA * (TAXA MENSAL - %)

MESES	1995	1996	1997	1998	1999
JANEIRO	1,70	1,34	1,18	0,71	0,70
FEVEREIRO	1,02	1,03	0,50	0,46	1,05
MARÇO	1,55	0,35	0,51	0,34	1,10
ABRIL	2,43	1,26	0,88	0,24	0,56
MAIO	2,67	1,22	0,41	0,50	0,30
JUNHO	2,26	1,19	0,54	0,02	0,19
JULHO	2,36	1,11	0,22	-0,12	1,09
AGOSTO	0,99	0,44	-0,02	-0,51	0,56
SETEMBRO	0,99	0,15	0,06	-0,22	0,31
OUTUBRO	1,41	0,30	0,23	0,02	1,19
NOVEMBRO	1,47	0,32	0,17	-0,12	0,95
DEZEMBRO	1,56	0,47	0,43	0,33	0,60
Somatório	22,41	9,56	5,22	1,66	8,94

Fonte: IBGE.

* Inflação de janeiro de 1995 a dezembro de 1999: medida pelo IPCA.

2.1.3 Principais Resultados (de 2000 até 2014)

Passados 20 anos do Plano Real, há os que defendem o plano, sob a justificativa de que sem as reformas constitucionais iniciadas no início do governo Fernando Henrique, o Real não seria suficiente para promover os ajustes necessários para o desenvolvimento. E há os que dizem ser o Real que aprofundou nossos problemas econômicos, impondo crescimentos pequenos no país, desemprego e aumento considerável da dívida pública. Mas também existe uma concordância em outros pontos: o país precisa de pontos claros para incentivar investimentos, capacitar mão-de-obra, além da busca constante para manter o equilíbrio fiscal e uma política monetária responsável.

Hoje, depois de conquistada a estabilidade, o governo Dilma, enfrenta o desafio de combina-la com crescimento sustentado, “Depois de vários fracassos, o plano Real foi um sucesso incontestável tanto para terminar a hiperinflação, como em deflagrar diversas reformas que mudaram a face do Brasil” disse o ex-presidente do Banco Central do Brasil, Gustavo Franco, segundo ele o plano destinava-se à estabilização e não a redenção de todos os problemas brasileiros.

Outro aspecto que prevalece até hoje, que o Real proporcionou foi o efeito sobre a renda dos mais pobres, que não têm a acesso a mecanismos de proteção a sua renda, ou seja, o plano teve impacto distributivo imediato e reduziu a incidência de pobreza no país.

Temos agora novos desafios, o país atravessa um novo ciclo de instabilidade econômica e política, um período de insegurança social e econômica, mas que certamente superaremos como ocorrido em outros períodos históricos.

TABELA 4 - INFLAÇÃO JAN/2000 A DEZ/2014 – IGP-DI * (TAXA MENSAL - %)

MESES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
JANEIRO	1,02	0,49	0,19	2,17	0,80	0,33	0,72	0,43	0,99	0,01	1,01	0,98	0,30	0,31	0,40
FEVEREIRO	0,19	0,34	0,18	1,59	1,08	0,40	-	0,23	0,38	-	1,09	0,96	0,07	0,20	0,85
MARÇO	0,67	0,80	0,11	1,66	0,93	0,99	-	0,22	0,70	-	0,63	0,61	0,56	0,31	1,48
ABRIL	0,13	1,13	0,70	0,41	1,15	0,51	0,02	0,14	1,12	0,04	0,72	0,50	1,02	-	0,45
MAIO	0,67	0,44	1,11	-	1,46	-	0,38	0,16	1,88	0,18	1,57	0,01	0,91	0,32	-
JUNHO	0,93	1,46	1,74	-	1,29	-	0,67	0,26	1,89	-0,32	0,34	-	0,69	0,76	-
JULHO	2,26	1,62	2,05	-	1,14	-	0,17	0,37	1,12	-	0,22	-	1,52	0,14	-
AGOSTO	1,82	0,90	2,36	0,62	1,31	-	0,41	1,39	-	0,09	1,10	0,61	1,29	0,46	0,06
SETEMBRO	0,69	0,38	2,64	1,05	0,48	-	0,24	1,17	0,36	0,25	1,10	0,75	0,88	1,36	0,02
OUTUBRO	0,37	1,45	4,21	0,44	0,53	0,63	0,81	0,75	1,09	-	1,03	0,40	-	0,63	0,59
NOVEMBRO	0,39	0,76	5,84	0,48	0,82	0,33	0,57	1,05	0,07	0,07	1,58	0,43	0,25	0,28	1,14
DEZEMBRO	0,76	0,18	2,70	0,60	0,52	0,07	0,26	1,47	-	-	0,38	-	0,66	0,69	0,38
Somatório	9,80	10,40	26,41	7,67	12,13	1,22	3,79	7,89	9,10	-	11,30	5,01	8,11	5,52	3,78

Fonte: FGV.

* Inflação de janeiro de 2000 a dezembro de 2014: medida pelo IGP-DI.

TABELA 5 - INFLAÇÃO JAN/2000 A DEZ/2014 – INPC * (TAXA MENSAL - %)

MESES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
JANEIRO	0,61	0,77	1,07	2,47	0,83	0,57	0,38	0,49	0,69	0,64	0,88	0,94	0,51	0,92	0,63
FEVEREIRO	0,05	0,49	0,31	1,46	0,39	0,44	0,23	0,42	0,48	0,31	0,70	0,54	0,39	0,52	0,64
MARÇO	0,13	0,48	0,62	1,37	0,57	0,73	0,27	0,44	0,51	0,20	0,71	0,66	0,18	0,60	0,82
ABRIL	0,09	0,84	0,68	1,38	0,41	0,91	0,12	0,26	0,64	0,55	0,73	0,72	0,64	0,59	0,78
MAIO	-	0,57	0,09	0,99	0,40	0,70	0,13	0,26	0,96	0,60	0,43	0,57	0,55	0,35	0,60
JUNHO	0,30	0,60	0,61	-	0,50	-	-	0,31	0,91	0,42	-	0,22	0,26	0,28	0,26
JULHO	1,39	1,11	1,15	0,04	0,73	0,03	0,11	0,32	0,58	0,23	-	0,00	0,43	-	0,13
AGOSTO	1,21	0,79	0,86	0,18	0,50	0,00	-	0,59	0,21	0,08	-	0,42	0,45	0,16	0,18
SETEMBRO	0,43	0,44	0,83	0,82	0,17	0,15	0,16	0,25	0,15	0,16	0,54	0,45	0,63	0,27	0,49
OUTUBRO	0,16	0,94	1,57	0,39	0,17	0,58	0,43	0,30	0,50	0,24	0,92	0,32	0,71	0,61	0,38
NOVEMBRO	0,29	1,29	3,39	0,37	0,44	0,54	0,42	0,43	0,38	0,37	1,03	0,57	0,54	0,54	0,53
DEZEMBRO	0,55	0,74	2,70	0,54	0,86	0,40	0,62	0,97	0,29	0,24	0,60	0,51	0,74	0,72	0,62
Somatório	5,27	9,44	14,74	10,38	6,13	5,05	2,81	5,15	6,48	4,11	6,46	6,07	6,19	5,56	6,22

Fonte: IBGE

* Inflação de janeiro de 2000 a dezembro de 2014: medida pelo INPC.

TABELA 6 - INFLAÇÃO JAN/2000 A DEZ/2014 – IPCA* (TAXA MENSAL - %)

MESES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
JANEIRO	0,62	0,57	0,52	2,25	0,76	0,58	0,59	0,44	0,54	0,48	0,75	0,83	0,56	0,86	0,55
FEVEREIRO	0,13	0,46	0,36	1,57	0,61	0,59	0,41	0,44	0,49	0,55	0,78	0,80	0,45	0,60	0,69
MARÇO	0,22	0,38	0,60	1,23	0,47	0,61	0,43	0,37	0,48	0,20	0,52	0,79	0,21	0,47	0,92
ABRIL	0,42	0,58	0,80	0,97	0,37	0,87	0,21	0,25	0,55	0,48	0,57	0,77	0,64	0,55	0,67
MAIO	0,01	0,41	0,21	0,61	0,51	0,49	0,10	0,28	0,79	0,47	0,43	0,47	0,36	0,37	0,46
JUNHO	2,23	0,52	0,42	-	0,71	-	-	0,28	0,74	0,36	0,00	0,15	0,08	0,26	0,40
JULHO	1,61	1,33	1,19	0,20	0,91	0,25	0,19	0,24	0,53	0,24	0,01	0,16	0,43	0,03	0,01
AGOSTO	1,31	0,70	0,65	0,34	0,69	0,17	0,05	0,47	0,28	0,15	0,04	0,37	0,41	0,24	0,25
SETEMBRO	0,23	0,28	0,72	0,78	0,33	0,35	0,21	0,18	0,26	0,24	0,45	0,53	0,57	0,35	0,57
OUTUBRO	0,14	0,83	1,31	0,29	0,44	0,75	0,33	0,30	0,45	0,28	0,75	0,43	0,59	0,57	0,42
NOVEMBRO	0,32	0,71	3,02	0,34	0,69	0,55	0,31	0,38	0,36	0,41	0,83	0,52	0,60	0,54	0,51
DEZEMBRO	0,59	0,65	2,10	0,52	0,86	0,36	0,48	0,74	0,28	0,37	0,63	0,50	0,79	0,92	0,78
Somatório	5,97	7,67	12,53	9,30	7,60	5,69	3,14	4,45	5,90	4,31	5,90	6,50	5,83	5,91	6,40

Fonte: IBGE

* Inflação de janeiro de 2000 a dezembro de 2014: medida pelo IPCA.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

O trabalho realizado foi de cunho bibliográfico e abordagem qualitativa. Foram analisadas categorias *a priori* relacionadas aos objetivos específicos do presente trabalho.

A discussão dos resultados foi realizada com base no cruzamento textual acerca das categorias e o referencial teórico elaborado no início da pesquisa.

Não é objetivo generalizar dados, sendo intenção descrever uma situação tomando como base elementos teóricos, bem como, a experiência profissional do pesquisador.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A seguir é apresentada uma tabela comparativa entre o Plano Real e os Planos Cruzado I, Cruzado II, Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e Plano Collor II. São analisados os seguintes indicadores: Objetivo dos planos, principais medidas e seus principais resultados.

	PRINCIPAL MENTOR	OBJETIVO DO PLANO	PRINCIPAIS MEDIDAS	PRINCIPAIS RESULTADOS
PLANO CRUZADO I (Implantado em fevereiro de 1986)	Dilson Domingos Fumaro	O Plano Cruzado tinha como principal foco, a tentativa de quebrar a métrica inflacionária.	a) Os preços foram congelados em 28/02/86 (excessiva energia elétrica que obteve aumento de 20%) b) Salários foram convertidos, com base de compra dos últimos 6 meses, acrescido de um abono de 8% c) Taxa de câmbio foi fixada no nível do dia 27 de fevereiro	a) Redução da inflação nos primeiros cinco meses (de 22% para menos de 1% - SCP-DI); b) Exploração do consumo em decorrência do aumento do salário real, devido à queda das taxas de juros nominais; c) Existência de preços defasados. d) Estabilidade de preços defasados.
PLANO CRUZADINHO (Implantado em julho de 1986)	Dilson Domingos Fumaro	Buscava-se com o Plano o crescimento econômico, redução das desigualdades sociais e também o aumento da poupança, para que os brasileiros vissem realmente a poupar, em vez de usar para consumo imediato, ou capital de investimento.	a) Foi um plano de ajuste fiscal.	a) O período pode ser caracterizado como de crescimento acelerado b) Foi um plano bem estruturado, contudo durante seu percurso acabou fracassando por adotar medidas caracterizadas como populistas, que originou no excesso de demanda, não sendo possível manter o congelamento de preços, e como consequência, ocorreu uma nova elevação inflacionária.
PLANO CRUZADO II (Implantado em novembro de 1986)	Dilson Domingos Fumaro	Seu principal objetivo restringir o excesso de demanda	a) Desaquecimento interno, de forma a ajustar a demanda agregada a oferta existente; b) Equilíbrio das contas externas; c) Equilíbrio das contas do setor público.	a) Com o final do congelamento, as negociações visando a formulação de um pacto social fracassaram. b) Rendação da economia, acarretando redução dos salários reais, aumento das taxas de juros e queda nas vendas. c) Notou-se que este plano estava destinado para financiar o déficit público e que o plano foi um incremento maior da inflação, despertando um enorme descontentamento da população.
PLANO BRESSER (Implantado em junho de 1987)	Laiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira	Buscar diminuir o processo inflacionário que estava muito alto.	a) Congelamento de todos os preços e salários por 90 dias; b) Eliminação do ganho salarial para os trabalhadores; c) Redução das tarifas públicas com vista a cobrir o rubro das estatais, e assim, a reduzir o déficit público; d) Redução de investimentos públicos; e) Extinção de subsídios; f) Mitigação da inflação da moeda nacional (95%) em relação ao dólar; g) Aluguel congelado; h) Criação da URV (Unidade Referencial de Preços).	a) O Plano na primeira fase (de julho a dezembro de 1987), que incluiu as fases de congelamento e flexibilização obteve sucesso. Na segunda fase (janeiro a dezembro de 1988), foi caracterizada pelo gradualismo no combate à inflação. b) O grande vilão era o déficit público. Apesar deste plano ter adotado a medida de congelamento, como no Plano Cruzado, buscou fazer com que houvesse maior sustentação, pois fazia reajustes periódicos. No entanto também chegou ao fracasso e ao analisarmos seu contexto, vemos que seus problemas ocorreram pelo aumento do déficit público, já que o governo aumentou a arrecadação, mas ampliou também os gastos, na área de pessoal e encargos. O novo meio de reajustar os salários e o teto dos preços, também tornou-se um erro, e houve muita desvalorização cambial. Diante desses fatos houve novamente a necessidade da criação de um novo Plano.
PLANO VERÃO (Implantado em janeiro de 1989)	Maílson Ferreira da Nóbrega	Resolver os problemas econômicos não resolvidos pelos planos econômicos anteriores.	a) Congelamento de todos os bens e serviços da economia; b) Congelamento dos salários; c) Centralização do câmbio; d) Implementação de uma nova moeda (cruzeiro novo); e) Recolhimento compulsório dos bancos sobre os depósitos a vista. f) Ajuste fiscal com extinção de Ministérios.	a) O Plano atingiu seus objetivos num curto prazo, que era o de frear o processo inflacionário, mas não suficientes para resolver o problema da dívida externa e interna. b) mas por fim o Plano acabou por não conseguir realizar suas metas, não havendo assim a redução da inflação, e a demanda no ajuste fiscal fez com que os juros se mantivessem altíssimos. A confiança no sistema de ajuste de preços era muito baixa e o Plano Verão acabou por despenchar com o resto.
PLANO COLLOR I (Implantado em março de 1990)	Antônio Kandir	Combate a inflação e ajustar a desordem que imperava na economia brasileira.	a) Reforma monetária (redução da liquidez da economia) b) Reforma administrativa e fiscal; c) Congelamento de preços; d) Desindexação de salários; e) Mudança na política comercial (processo de liberação do comércio exterior); f) Suspensão dos pagamentos da dívida externa; g) Confisco das contas bancárias; h) Suspensão de subsídios e incentivos fiscais; i) Audacioso programa de privatizações;	a) Queda da inflação (de 82% em março para 3% em abril). Após esta queda inicial drástica, a inflação deveria ter sido controlada por uma combinação de políticas fiscal, monetária e de renda. b) Preços e salários ficaram estáveis por dois meses. c) Calote da dívida externa; d) Descontrole das políticas monetária, fiscal e cambial. e) A ousadia deste Plano reduziu a inflação, mas com isso iniciou-se a maior recessão da história do Brasil, diminuindo o ritmo do produto nacional, ocasionando o crescimento do desemprego. f) Fechamento de inúmeras empresas e destituição significativa da produção brasileira.
PLANO COLLOR II (Implantado em janeiro de 1991)	Marcílio Marques Moreira	Tinha como objetivo reverter a situação econômica do País em que se encontrava naquele momento e de controlar a criação financeira.	a) Congelamento dos salários; b) Congelamento dos preços; c) Monitoração das finanças dos estados e municípios; d) Criação da Taxa Referencial de Juros (TRJ) e) Extinção do overval e dos fundos de curso prazo.	a) O Plano Collor II proporcionou enormes desajustes às cadernetas de poupança e não conseguiu impedir que a inflação voltasse a se acirrar. Entre outros fatores como a queda na safra agrícola, a falta de produtos provocada pela redução das empresas oligopolistas que não possuíam concorrentes e dominam suas fabricações e preços, o Plano Collor II não obteve grandes resultados.
PLANO REAL (Implantado em maio de 1994)	Fernando Henrique Cardoso	Combate a inflação que não parava de crescer e estabelecer equilíbrio nas contas do Governo.	1ª fase: Ajuste fiscal provisório, baseado em gastos públicos e aumento de impostos. 2ª fase: Introdução de nova unidade de conta, a URV (Unidade real de valor), para eliminar a métrica inflacionária. 3ª fase: Reforma monetária acompanhada de uma incursão cambial, a transformação da URV em Real. A expectativa era de que nesse momento se começaria a indexação e, portanto, a inflação mensal.	a) Como principal resultado do Plano Real, pôde-se selecionar a quebra da métrica inflacionária e o ajuste fiscal.

QUADRO 1: COMPARATIVA ENTRE O PLANO REAL E OS PLANOS CRUZADO I, CRUZADO II, PLANO BRESSER, PLANO VERÃO, PLANO COLLOR I E PLANO COLLOR II

Fonte: Pesquisas do Autor

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível perceber que o objetivo proposto pelo plano Real foi atendido, que era a de neutralizar as causas da inflação brasileira em um primeiro momento para depois buscar a estabilidade dos preços. Esta questão foi respondida como demonstrado através das tabelas dos indicadores econômicos apresentados neste artigo durante estes 20 anos que sucedem o Plano. Como já citado, no final do ano de 1993 antes da implantação do Plano Real a inflação ultrapassou a marca inflacionária no Brasil de mais de 2.400% em doze meses (IPCA), e já no primeiro ano após a implantação do Plano Real, a inflação apresentou uma acentuada queda para 27,45% medida pelo mesmo índice econômico.

Este artigo foi desenvolvido com base teórica obtida através de literaturas que abordavam o tema proposto nos seus respectivos períodos, e também com o meu conhecimento adquirido no meio acadêmico e profissional que estive inserido durante estes períodos da história da economia brasileira.

A discussão dos resultados foi realizada com base em cruzamentos textuais e indicadores econômicos. Atualmente, é possível destacar que mesmo diante dos inúmeros problemas enfrentados pelo nosso país, que o Plano Real conseguiu estancar o crônico processo inflacionário, que sempre foi um desafio para a economia brasileira.

Este artigo poderá abrir caminhos para novas investigações, por exemplo, de como uma inflação alta de forma constante e por um longo período, pode ser prejudicial a outros segmentos de uma nação, dos efeitos que traz para o déficit público, prejudicando o crescimento econômico, e que possa servir de referência teórica para a questão de equilíbrio x desequilíbrio fiscal que eu percebo principalmente na área pública brasileira.

6 REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva (Org). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

ARIDA, Pérsio. **O Real e as perspectivas da economia**. Carta da Conjuntura, IPEA, nº 73, junho de 1997.

BOURROUL, Marcela; FERREIRA, Michelle. **20 anos do Plano Real**. Disponível em <<http://20anosdoreal.epocanegocios.globo.com/>> Acesso em 09/11/2014.

CAMARGO, Gustavo. **A moeda nova é só o primeiro passo**. Exame, São Paulo, edição 561, ano 26, nº 14, p. 18-21, jul. 1994.

DEZ ANOS DE PLANO REAL – PARECE QUE FOI ONTEM. **Conjuntura Econômica**. P.36-41, março de 2004.

FACHI, Juliana. **Planos Econômicos**. 2011. Disponível em <<https://teiadogestor.wordpress.com/2011/03/23/341/>> Acesso em 23/05/2015.

GOULART, Josette; GERBELLI, Luiz Guilherme; PEREIRA, Rennée. **20 anos de Plano Real**: sete reflexões sobre a estabilização. 2014. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,20-anos-de-plano-real-sete-reflexoes-sobre-a-estabilizacao,1521366>> Acesso em 09/11/2014.

OLIVEIRA. Thais Diniz. Teoria e Aplicação Das fases do Real a nova moeda.

PLANO REAL. **Relatório Econômico**. Rio de Janeiro, p. 62; 64, 1994.

PORTAL BRASIL. Índice Geral de Preços - IGP-DI. Disponível em <<http://www.portalbrasil.net/igp.htm/>> Acesso em 26/05/2015.

UM ANO DE REAL. **Exame**. São Paulo, edição 587, ano 28, nº 14, p. 25-28, jul. 1995.